

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Relatório de Atividades
da Direção-Geral de
Política Externa

2017

Título: Relatório de Atividades 2017

Autoria: Direção-Geral de Política Externa

Contributos: Unidades orgânicas da DGPE

Data de edição: março 2018

Largo do Rilvas

1399-030 Lisboa

Telefone: +351213946203/18/372

1. Introdução

O objetivo principal do presente relatório é representar as atividades desenvolvidas pela Direção-Geral de Política Externa (DGPE) e avaliar os resultados obtidos no ano de 2017.

Das atividades desenvolvidas importa mencionar sucintamente as seguintes:

Relações Bilaterais / Assuntos Regionais

Médio Oriente e Magrebe

Acompanhámos o relacionamento bilateral com os países do Magrebe, Médio Oriente e Golfo, procurando sempre analisar igualmente a situação interna, a vertente externa e a dimensão regional de cada um dos países.

Magrebe

A relação com os países do Magrebe manteve-se como uma prioridade da nossa Política Externa.

Continuámos a acompanhar ativamente o Diálogo 5+5, ao nível da preparação das reuniões setoriais de Ministros da Cultura e de Ministros do Ensino Superior, ambas na Tunísia, e de Ministros da Defesa, em França.

Prosseguimos o aprofundamento das relações bilaterais políticas e económicas com os países da região, nomeadamente através da preparação e acompanhamento da: 13.^a Cimeira bilateral de Chefes de Governo com Marrocos (Rabat, 4 e 5 de dezembro) e da 4.^a Cimeira bilateral de Chefes de Governo com a Tunísia (Tunes, 20 e 21 de novembro). Preparámos ainda as visitas ao Reino de Marrocos de S. Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional (maio). Seguimos, igualmente com atenção, a evolução da situação na Líbia, procurando contribuir para a ação da UE e das Nações Unidas no país.

Médio Oriente e Golfo

Continuámos a acompanhar o Processo de Paz no Médio Oriente.

Continuámos o trabalho de aprofundamento do relacionamento bilateral com o Egito, através da realização da 1.^a Comissão Mista Portugal- Egito, que se realizou no Cairo no dia 19 de outubro. Acompanhámos a evolução da situação política e securitária interna no Líbano, com destaque para os efeitos de contágio da crise regional e para a resolução do prolongado impasse na situação interna.

Em relação aos países do Golfo, destaca-se a visita de S. Exa. o Primeiro- Ministro a Doha (a 8 de maio de 2017).

Continuaram a ser executadas ações concretas para o reforço da relação com a Arábia Saudita, destacando-se a realização da IV Comissão com aquele país, em Lisboa, a 7 de dezembro. A estas ações somaram-se outras visitas políticas integradas por missões empresariais a estes países, ao longo de 2017.

África Subsariana

Angola

Promovemos e maximizámos o relacionamento bilateral através da preparação, acompanhamento e seguimento de visitas oficiais, nomeadamente de SEXA o Presidente da República, acompanhado pelo MNE, por ocasião da tomada de posse do Presidente da República João Lourenço (setembro) e do Ministro dos Negócios Estrangeiros (fevereiro), para além dos contributos dados para outras visitas a nível político, nos dois sentidos.

Cabo Verde

Coordenámos a preparação da IV Cimeira Luso/ Cabo-Verdiana, realizada na Cidade da Praia, em fevereiro, e continuámos a impulsionar o acompanhamento da implementação das decisões das anteriores Cimeiras, no quadro das reuniões da Comissão Permanente e suas diferentes subestruturas.

Teve lugar também a preparação, acompanhamento e seguimento de visitas bilaterais, desde logo a visita de Estado de SEXA o Presidente da República a Cabo Verde (abril) e a visita de retribuição do Presidente da República de Cabo Verde ao nosso país (novembro).

Guiné-Bissau

Mantivemos uma postura ativa no seio das diversas OIs com especiais responsabilidades na Guiné-Bissau (UE, CPLP e ONU), colocando o enfoque na concertação de posições e na unidade de ação e mensagens sobre o país. Neste contexto, foi organizada a visita a Lisboa do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas (RESGNU) para a Guiné-Bissau (fevereiro).

Moçambique

Promovemos a maximização do relacionamento bilateral através da preparação e acompanhamento de deslocações de carácter bilateral a Moçambique, dos quais se destacam a visita do Secretário de Estado da Internacionalização (agosto, por ocasião da FACIM) e da SENEC (novembro, no decurso da qual se procedeu à assinatura do Programa Estratégico de Cooperação, 2017-2021), bem como a Portugal da Presidente da AR de Moçambique (outubro).

São Tomé e Príncipe

Preparámos, acompanhámos e assegurámos seguimento de visitas bilaterais a S. Tomé, sendo de relevar, a realização, a nível de DGPE, da primeira ronda de consultas (novembro) ao abrigo do Memorando de Entendimento (MdE) sobre Consultas Diplomáticas assinado em julho de 2015, bem como a visita oficial a Portugal do Presidente da República Santomense (maio). Diligenciámos a conclusão dos processos de aprovação e ratificação de Acordos e Convenções bilaterais, em articulação com as autoridades de São Tomé e Príncipe.

Parceria UE-África

No contexto da preparação da 5.ª Cimeira UA-UE (Abidjan, novembro), cuja delegação nacional foi chefiada por SEXA o Primeiro-Ministro e integrou igualmente o MNE e a SENEÇ, promovemos ativamente a coordenação entre as várias estruturas nacionais relevantes. Nessa senda, empenhámo-nos no fortalecimento da vertente do diálogo Político entre a UE e o continente africano no seu todo e em garantir a visibilidade da estratégia Conjunta UE-África (JAES), aprovada em Lisboa 10 anos antes.

Golfo da Guiné

Acompanhámos e participámos ativamente nas discussões multilaterais sobre esta sub-região africana, capitalizando e dando visibilidade aos resultados da Presidência Portuguesa do Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné (G7++FoGG), que assegurámos em 2016, bem como ao nível dos contactos bilaterais com países da região e outros atores relevantes. Nesse contexto, organizámos a visita a Portugal da Senior Coordinator para o Golfo da Guiné do SEAE (fevereiro).

Ásia e Oceânia

Acompanhámos visitas de membros do Governo à China, no seguimento da visita oficial do Primeiro-Ministro em 2016, sendo de destacar, pelo seu significado económico, as do Ministro da Economia, da Ministra do Mar, da Secretária de Estado do Turismo e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, na qual foi assinado um Acordo Administrativo no Quadro da Convenção de Dupla Tributação e foram ultimados os procedimentos para a autorização de emissão de Panda Bonds por Portugal. Contribuímos para a participação do Secretário de Estado da Internacionalização na reunião anual do AIIB, em Jeju, assim como para a conclusão de um MdE que viabiliza a exportação de carcaças de porco congelado para a China. Acompanhámos a vinda a Portugal do Presidente do Congresso Nacional Portugal da República Popular da China, terceira figura da hierarquia chinesa. Participámos nas visitas a Portugal da Secretária-Geral do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa (Fórum Macau).

Reforçámos a relação com o Japão, apoiando a visita a Portugal do Vice-Ministro japonês dos Negócios Estrangeiros para os Assuntos parlamentares, que foi recebido pela Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Prosseguimos a consolidação do nosso relacionamento com a República da Coreia, contribuindo para o encontro que o Secretário de Estado da Internacionalização manteve com o seu homólogo à margem da reunião anual do AIIB e assistindo ao Seminário sobre as relações luso-coreanas realizado na Assembleia da República, no qual participaram o Secretário de Estado da Internacionalização e o Diretor-Geral de Política Externa.

Preparámos a visita do Presidente do Instituto Diplomático tailandês, durante a qual foi assinado um Memorando de Entendimento sobre Formação Diplomática e Troca de Informação e Documentação. Preparámos o encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia à margem da AGNU e o da Secretária de Estado da Indústria com a Ministra da Ciência e Tecnologia da Tailândia à margem da Web Summit.

Preparámos o encontro em Lisboa da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação com a Ministra de Estado para o Ambiente e Recursos Hídricos de Singapura.

Preparámos a visita do Vice-PM/MNE do Vietname a Lisboa, durante a qual foram assinados Memorandos de Entendimento sobre Consultas Políticas e sobre Formação Diplomática e Troca de Informação e Documentação, e a visita da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação ao Vietname.

Preparámos o encontro com o MNE da Indonésia à margem da AGNU. Preparámos e conduzimos as II Consultas Políticas Bilaterais com a Indonésia, em Lisboa.

Mantivemos a relação privilegiada com Timor-Leste e aprofundámos a cooperação no domínio político e diplomático, designadamente no apoio à sua adesão à ASEAN e à OMC.

Contribuímos para a preparação da visita oficial de S. Exa. Primeiro Ministro à Índia em janeiro e da visita do Primeiro-Ministro da Índia a Portugal em junho, contribuindo para a negociação dos cerca de 20 instrumentos bilaterais que foram assinados nessas ocasiões. Realizámos a 4.ª Comissão Mista Económica Portugal- Índia, em Lisboa.

Assegurámos a participação de Portugal no processo ASEM, marcando presença nas reuniões de Altos Funcionários (SOM) de Bruxelas e Nay Pyi Taw, nos encontros do ASEM Pathfinder Group e acompanhando a Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação à 13.ª reunião Ministerial ASEM, que se realizou no Mianmar, bem como nas reuniões que manteve à margem da mesma com os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Singapura, do Japão, da Tailândia e com o Diretor Executivo da ASEF.

América

A) América do Norte

A evolução do relacionamento bilateral continuou a ser marcado pelo processo de redução da presença militar norte-americana na Base das Lajes. Todavia, nos últimos anos, temos vindo a intensificar e diversificar o relacionamento com os EUA em áreas para além da defesa, tanto com a Administração norte-americana, como com o mundo

académico, científico ou empresarial. A abrangência deste relacionamento ficou bem patente nas reuniões que preparámos em 2017 da Comissão Bilateral Permanente (CBP).

Continuaram a decorrer, regularmente, as consultas políticas com a Embaixada dos EUA em Lisboa, lideradas pela DGPE, com a participação do MDN e do Governo Regional dos Açores. A Divisão da América do Norte (DAN) participou ativamente nas reuniões da Comissão Técnica, presididas pela MDN (DGRDN).

No contexto da cooperação setorial, a DAN copresidiu à 6.ª reunião do Comité de Ciência, Tecnologia e Ambiente (a 29 de setembro) e organizou a 7.ª reunião do Comité de Justiça e Assuntos Internos (a 29 de novembro).

O ano de 2017 foi ainda marcado pela Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente da República ao México, de 16 a 18 de julho, que permitiu dar um novo impulso ao relacionamento bilateral.

B) América Latina e Caraíbas

Relativamente ao Brasil, procurou-se continuar a aprofundar as relações bilaterais e a dar continuidade ao trabalho desenvolvido na XII Cimeira Luso-brasileira (1 de novembro de 2016).

Em 2017, foram muitas as visitas institucionais de alto nível ao Brasil. Destacaram-se as visitas de Suas excelências o Presidente da República e o Primeiro- Ministro a São Paulo e Rio de Janeiro, por ocasião das comemorações do 10 de junho. S. Exa. o MNE visitou o Brasil em março, julho e novembro de 2017, tendo mantido encontros com o seu homólogo brasileiro. De assinalar a assinatura de novos instrumentos bilaterais, como o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Catalogação e Logística Militar e, na área da cultura e educação, a assinatura do Protocolo de Cooperação para a Recuperação do Museu de Língua Portuguesa e a assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e Cooperação que Cria o Prémio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude. Ainda nesta área, foi assinado um Protocolo entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado de S. Paulo com vista à criação da Escola Portuguesa S. Paulo.

Num contexto de agravamento da crise interna Venezuelana, mantivemos o acompanhamento da situação política e socioeconómica naquele país, com particular destaque para a comunidade portuguesa e luso-descendente. Neste âmbito, mantiveram-se os canais de comunicação com as autoridades venezuelanas, incluindo ao nível diplomático, político e institucional. Foi preparado o encontro que S. Exa. o MNE e o MRE da Venezuela, Jorge Arreaza, tiveram um encontro à margem da 72ª AGNU, em setembro, e as deslocações que S. Exa. o SECP realizou à Venezuela, em maio e outubro. O Vice- Ministro para a Europa do Governo da Venezuela deslocou-se a Portugal em abril, tendo mantido vários encontros de trabalho.

Em 2017, continuámos a reforçar o relacionamento com a Colômbia, um dos parceiros latino- americanos com os quais a aproximação bilateral tem sido mais efetiva. Ao longo do ano, destacou-se a visita de S. Exa. o SEI e de S. Exa. a SENEC no mês de junho, esta última incluindo a realização de Consultas a Nível Político. Foi ainda

possível concretizar a Visita de Estado a Portugal do Presidente Juan Manuel Santos, em novembro, na qual foram assinados três instrumentos, na área da Cooperação, Turismo e para a criação de um Conselho Estratégico Portugal- Colômbia.

S. Exa SENEK visitou o Paraguai, em abril de 2017. Do lado paraguaio destaca-se a visita do Presidente da República do Paraguai, em maio de 2017, e do Ministro da Indústria e Comércio, Gustavo Leite, em maio.

A visita da Ministra da Educação e Cultura do Uruguai (também responsável pelos assuntos Justiça) decorreu em outubro, em Lisboa, tendo sido assinado o Tratado de Extradicação. Em março, decorreu a Semana do Uruguai em Portugal.

Com a Argentina, o ano foi marcado pela visita de Sua Excelência o PM a Buenos Aires, em junho. Tratou-se da primeira visita à Argentina de um Primeiro- Ministro português em 20 anos, a última tendo sido a do Eng.º António Guterres, em 1997. Nessa visita foi assinado um Memorando de Entendimento sobre Trabalho em Férias e foi formalmente inaugurada a Delegação da AICEP, em Buenos Aires.

O ano de 2017 constituiu um ano significativamente positivo no contexto do reforço do relacionamento bilateral com o Chile. A Visita de Estado a Portugal da Presidente Bachelet teve lugar em março, e incluiu uma deslocação a Évora. Foram assinados instrumentos bilaterais em diversos domínios. Sua Excelência o PM visitou o Chile entre os dias 13 a 16 de junho, tendo-se procedido à assinatura de um Acordo sobre Mobilidade dos Jovens.

Também com o Peru prosseguimos os esforços de aproximação bilateral, tendo-se preparado a visita de S. Exa a SENEK ao Peru, em junho, para a V reunião do Mecanismo de Consultas Políticas. Nesta ocasião foi assinado entre o Camões, I.P. e a Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUPC) o Protocolo sobre o Ensino da Língua e da Cultura Portuguesas.

No espaço geográfico das Caraíbas, Cuba continuou a merecer amplo destaque. Em 2017, S. Exa. o Ministro da Cultura visitou Cuba, em novembro, e em outubro S. Exa o SEI fizera uma visita que incluiu a participação na Feira Internacional de Havana (FIHAV) e a inauguração da Delegação da AICEP. Também neste ano, visitaram Portugal o MRE de Cuba (abril) e a Vice-Ministra da Cultura (agosto).

Com a Guatemala, realizaram-se as primeiras Consultas de Nível Político, em maio, no âmbito da visita a Lisboa do então MRE, Carlos Raúl Morales.

Com El Salvador, reforçaram-se os contactos bilaterais com as visitas a Portugal do Vice- Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento e da Ministra do Meio Ambiente e Recursos Naturais, respetivamente em março e setembro de 2017. Foram assinados um Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Bilateral e Triangular, e um Protocolo de Cooperação na área das Ciências do Mar.

Europa (não UE)

Preparámos a visita Apostólica a Portugal, em 12 e 13 de maio de 2017, de Sua Santidade o Papa Francisco.

Preparámos e acompanhámos encontros de Alto Nível em vista do reforço e aprofundamento das relações bilaterais com a Rússia, nomeadamente a ronda de consultas políticas bilaterais em Moscovo, em 25 de maio, e a VI Reunião da Comissão Mista, e dos respetivos grupos de trabalho, realizada em Moscovo e Kazan a 19-20 de setembro.

No plano bilateral, aproveitámos a efeméride do 25º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas com a Ucrânia para dinamizar o relacionamento bilateral, tomando por referência o previsto no Roteiro programático para as relações Bilaterais 2016-2018. As visitas mútuas de Alto Nível contribuíram decisivamente para um dinamismo sem precedentes da agenda bilateral. Realizou-se uma visita a Portugal do Ministro da Defesa ucraniano, em janeiro; consultas políticas em Kiev, em abril; a visita de S. Exa. MNE a Kiev e da Vice-PM da Ucrânia para a Integração Europeia e Euro-Atlântica a Lisboa, em julho, e a Visita oficial a Portugal do presidente da Ucrânia, em dezembro.

Procurámos dinamizar o relacionamento bilateral com os restantes países da chamada "Parceria Oriental", em particular com a Geórgia, cujo Presidente visitou oficialmente Portugal em outubro, após uma ronda de consultas políticas bilaterais em abril, em Tbilisi. Realizaram-se, pela primeira vez, consultas políticas com a Bielorrússia, em Minsk.

Área Multilateral

Desenvolvimento Sustentável Ambiente, Indústria e Energia

AGENDA 2030

Por ser um dos países que submeteu ao 5º Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (julho 2017) o seu primeiro Relatório Voluntário Nacional sobre implementação da Agenda 2030, Portugal participou de forma ativa na preparação do projeto de conclusões do Conselho sobre a Agenda 2030, "A sustainable European future: The UE response to the 2030 Agenda for Sustainable Development", como contributo da União Europeia para o 5.º Fórum Político de Alto-Nível sobre Desenvolvimento Sustentável que teve lugar em Nova Iorque, entre os dias 10 a 17 de julho 2017.

Na área do Ambiente, participámos ativamente, em coordenação com o Ministério do Ambiente, na preparação da posição nacional e na própria 23.ª Sessão da Conferência das partes das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CoP23-UNFCCC), que se realizou em Bona, de 6 a 17 de novembro de 2017, no âmbito da implementação do acordo de Paris. Em relação a esta última, Portugal empenhou-se particularmente na negociação das resoluções sobre poluição e água (UNEP/EA.3/L.27, "Addressing water pollution to protect and restore water-related ecosystems").

Rede de Diplomacia Verde (GDN)

À semelhança de anos anteriores, Portugal participou nos trabalhos da Rede de Diplomacia Verde (GDN- Green Diplomacy Network), que se concentraram na aplicação da Diplomacia de Clima UE, na perspetiva de preparar com êxito a 23.ª Conferência das partes da Convenção- Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (como acima referido), da Assembleia do Ambiente das Nações Unidas (UNEA-3) e da COP13 da UNCCD.

Reuniões informais dos Diretores UE para os Assuntos Globais

Portugal manteve a sua participação nestas reuniões, acompanhando a discussão das questões associadas à diplomacia da energia, do clima, da água, das migrações e da Agenda 2030. Será de realçar o exercício levado a cabo em 2017 que envolveu os temas habituais da Diplomacia de Clima e de Energia da UE, Diplomacia da Água e a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, Oceanos (Conferências em Nova Iorque e La Valleta), assim como o acompanhamento das questões ambiente e sustentabilidade nos processos G7 e G20.

CPLP

Preparámos a participação nacional no XXII Conselho de Ministros Extraordinário, realizado em Brasília (20 julho).

Preparámos a participação nacional na Missão de Observação eleitoral da CPLP às legislativas e municipais na Guiné- Equatorial (12 de novembro).

Conferência Ibero- americana

Preparámos a participação nacional e acompanhámos a II Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da Conferência Ibero-Americana sob a Presidência da Secretaria Pro Tempore da Guatemala, que teve lugar em Antígua em dezembro de 2017. Participámos na Reunião de Coordenadores Nacionais Ibero-americanos que a antecedeu.

Em setembro, preparámos a participação no pequeno-almoço à margem da 72.ª AGNU, já tradicional na agenda dos MNEs Ibero-americanos, que tem por objetivo avançar na preparação da Cimeira seguinte.

No âmbito do aprofundamento das relações com o sistema ibero-americano, acompanhámos a abertura em Lisboa de um escritório de representação da OEI, concretizando o Acordo Sede entre a República Portuguesa e a organização que entrou em funcionamento no dia 1 de novembro de 2017.

Aliança do Pacífico

Preparámos a participação de S. Exa o SEI na Reunião dos Estados Observadores da Aliança do Pacífico, na Colômbia, Cali, em junho de 2017, assegurando a continuidade da representação de Portugal a alto nível político em eventos da Aliança do Pacífico com os Estados Observadores.

Política Externa e de Segurança Comum

Coordenámos e preparámos a participação de Portugal nos Conselhos de Negócios Estrangeiros, reuniões informais de MNE's e de Diretores Políticos.

Coordenámos e definimos as posições nacionais nas reuniões do Comité Político e de Segurança (COPS), do Grupo de Conselheiros RELEX da UE e dos Grupos de Trabalho PESC e, em cooperação com a Direção de Serviços dos Assuntos Institucionais (INS), as respostas às questões do Parlamento Europeu.

Acompanhámos a implementação do novo regulamento que institui o Instrumento para a Estabilidade e a Paz (IEP).

Acompanhámos o grupo de trabalho RELEX Sanções e, enquanto autoridade competente em matéria de medidas restritivas, prestámos assistência na implementação dos respetivos regimes, emitindo pareceres e concedendo autorizações, derrogações e/ou isenções.

Questões de Segurança e Defesa

A) Aliança Atlântica/OTAN

Preparámos a participação nacional na Reunião Especial de Bruxelas, em maio de 2017, por ocasião da entrega do novo Quartel-General da Aliança, e acompanhámos a implementação das decisões ali tomadas, quer no plano nacional quer no seio da Aliança, bem como dos compromissos assumidos na Cimeira de Varsóvia, em 2016.

Participámos na Célula de Resposta Nacional do exercício de gestão de crises da OTAN de 2017 (CMX17).

B) Política Comum de Segurança e Defesa da UE (PCSD)

Acompanhámos a implementação da componente de Segurança e Defesa da Estratégia Global da UE sobre a Política Externa e de Segurança, contribuindo para a preparação de posições nacionais no âmbito deste processo.

Contribuímos para a divulgação, coordenação e promoção de candidaturas nacionais a vagas disponibilizadas nas Missões e Operações da UE, bem como nas estruturas do Serviços Europeu de Ação Externa e em ações de formação relevantes.

Participámos ativamente nos grupos de trabalho e no Comité Interministerial de Alto Nível (CIMIN) da EUROGENDFORD, em coordenação com o MAI/GNR, incluindo na preparação da Presidência portuguesa deste Comité, que teve o seu início em 14 de dezembro de 2017.

C) Desarmamento e Não Proliferação

Desenvolvemos esforços ao nível nacional e participámos em esforços da UE e de organizações multilaterais no sentido da universalização dos instrumentos internacionais de desarmamento, não proliferação e controlo de armamento, nomeadamente o Tratado de Comércio de Armas (ATT), a Convenção para a Proibição

de Armas bacteriológicas ou Tóxicas (BTWC) e o Plano de Ação das Nações Unidas sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (UNPoA on SALW). Continuámos a acompanhar de perto as questões e os trabalhos relativos ao desarmamento e não proliferação no seio da ONU, nomeadamente no Conselho de Segurança, no âmbito da 1ª Comissão da AGNU e na Comissão de Desarmamento, bem como os desenvolvimentos noutros fora relativos aos instrumentos internacionais nessas matérias, tais como a BTWC, CCW, CWC, CCM e Convenção de Otava.

ANPAQ

Apoiámos o funcionamento da Autoridade para a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas (ANPAQ) e da Autoridade nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (ANTPEN).

OSCE

Contribuímos para a preparação da participação nacional na reunião ministerial informal da OSCE e no Conselho Ministerial de Viena. Promovemos em articulação com o MDN, o cumprimento dos compromissos nacionais no quadro dos instrumentos e regimes de transparência e de confiança militar (CSBM) no quadro da OSCE. Preparámos a participação de S. Exa. SENEK na Conferência do Mediterrâneo em Palermo de 24 e 25 de outubro com os parceiros para a cooperação do Mediterrâneo. Preparámos a participação de S. Exa. SENEK no Conselho Ministerial de Viena. Assegurámos a representação nacional no GT COSCE.

Questões Multilaterais

A) Nações Unidas

Preparámos a participação de S. Exa. o Primeiro Ministro na semana do debate geral da 72.ª AGNU e promovemos as prioridades da UE contribuindo para uma maior coerência e eficácia da ação externa da UE no plano multilateral.

B) UNESCO

Acompanhámos os trabalhos da UNESCO em estreita articulação com a Comissão Nacional da UNESCO e com os ministérios setoriais relevantes.

Participámos ativamente nos trabalhos da 39.ª sessão da Conferencia Geral da Unesco, que culminou na eleição de Portugal para o Conselho Executivo da Unesco para o mandato 2017-2021.

C) Conselho da Europa

Preparámos a participação de S. Exa MNE na Sessão Ministerial do Conselho da Europa, que decorreu em maio, em Nicósia.

Organizámos a visita, a Portugal, em novembro, da Comissão Europeia contra o racismo e Intolerância do Conselho da Europa (ECRI).

Executámos os procedimentos necessários para a vinculação a instrumentos jurídicos do Conselho da Europa, nomeadamente para a assinatura do Protocolo Adicional à convenção do Conselho da Europa para a prevenção do Terrorismo e para a ratificação dos Protocolos nºs 12 e 15 à Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais. O processo de ratificação do Protocolo Adicional à Convenção do Conselho da Europa para a prevenção do Terrorismo foi aprovado em Conselho de Ministros em maio.

D) OCDE

Portugal intensificou o relacionamento com a OCDE, tendo estado representado, ao mais alto nível, na generalidade das reuniões Ministeriais da OCDE.

Presidimos a reuniões de coordenação interministerial com vista à preparação da reunião anual do Conselho da Organização a nível Ministerial envolvendo, principalmente, os Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Economia. Nesse sentido destacamos:

- 1) A MCM de 2017, de 7 a 8 de junho, dedicada à Globalização e ao Alargamento da OCDE, tendo Portugal desempenhado um papel relevante por ter integrado o núcleo restrito de EMs incumbidos de atualizar os critérios de adesão. Por ocasião da MCM, teve lugar a assinatura da Convenção BEPS (Base Erosion and Profit Shifting) para reforço da transparência fiscal e repatriamento do capital tributável das multinacionais;
- 2) A deslocação do Senhor Sub-DGPE à Reunião do Grupo de Estratégia Global (GSG no acrónimo inglês) da OCDE, no final de Novembro, para análise do impacto da transformação digital.

Em julho, Lisboa acolheu o encontro anual «TideWater» do órgão da OCDE ligado ao cluster de Desenvolvimento- o CAD, onde participou S. Exa. a SENEK, o SG Angel Gurría e demais representantes do Governo dos EMs.

E) Candidaturas a Organismos Internacionais

Coordenámos as candidaturas nacionais a organismos internacionais, destacando-se como principal sucesso neste plano a eleição de Portugal para o Conselho Executivo da UNESCO na Conferência Geral da Organização em novembro para o mandato 2017-2021, a eleição do Comandante Aldino Campos para a Comissão de Limites da Plataforma Continental, mandato 2017-2022, e a eleição do Dr. António Campinos para o cargo de Presidente da Organização Europeia de Patentes, mandato 2018-2021, na reunião do Conselho de Administração de outubro.

Destacamos igualmente a nomeação da Portuguesa Raquel Cruz como a primeira Relatora Especial das nações Unidas contra a discriminação das pessoas afetadas pela Lepra.

Apresentámos a candidatura do Dr. António Vitorino ao cargo de Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM), cujas eleições terão lugar em junho de 2018.

F) Direitos Humanos

No quadro das Nações Unidas, assegurámos a participação no Conselho de Direitos Humanos (CDH), órgão das Nações Unidas do qual fomos membros durante o triénio 2015-2017.

Na 34ª sessão (27 de fevereiro a 24 de março), Portugal voltou a apresentar uma resolução sobre os direitos económicos, sociais e culturais, uma vez mais adotada por consenso e com elevado número de copatrocinios de países de todos os grupos regionais.

Na 35ª sessão (6 a 23 de junho), voltou a apresentar uma resolução sobre "Direito à Educação".

Destaca-se que, também nesta 35ª sessão, apresentámos com o Brasil, Moçambique, Tailândia e Paraguai uma resolução sobre Direito à Saúde no Contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por consenso.

Ainda durante a 35ª sessão do CDH, Portugal apresentou com Itália, Grécia, França, Marrocos, Filipinas, Moldávia, Tunísia, Costa do Marfim, Egito e El Salvador uma Resolução sobre "Direitos Humanos e Juventude", adotada por consenso.

Na 36.ª Sessão do CDH (11 a 29 de setembro de 2017), Portugal voltou a apresentar, com o Brasil, uma resolução sobre Saúde Mental e Direitos Humanos, adotada por consenso, com copatrocinio de 62 países oriundos de todos os grupos regionais; apresentou pela primeira vez, juntamente com os restantes países da CPLP, uma resolução sobre o Gozo dos Direitos Humanos por todas as mulheres e raparigas e a Transversalização de uma Perspetiva de Género na Implementação da Agenda 2030.

No contexto da CNDH coordenámos a visita da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Cidadania de Cabo Verde (CNDHC), a qual realizou uma visita a Portugal no dia 5 de julho de 2017 para encontros com a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH), o Provedor de Justiça e o gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria- geral da República.

Contribuímos para a implementação do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não- discriminação 2014-2017 e o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017, aprovados pelo Conselho de Ministros no dia 12 de dezembro de 2013, bem como para a implementação do II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 (sobre) Mulheres, Paz e Segurança, aprovado pelo Conselho de Ministros a 26 de agosto de 2014. Neste contexto, destaca-se, ainda, a participação na elaboração da nova estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-30.

G) Oceanos

Participámos ativamente na preparação da Conferência dos Oceanos, destinada a mobilizar apoio à implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14, desempenhando, com Singapura, o papel de co-facilitador das negociações do documento político final da Conferência, intitulado "Our Ocean, Our Future: Call for Action".

Acompanhámos a fase inicial do processo de avaliação da proposta portuguesa de extensão da plataforma continental por parte da CPLP, tendo a subcomissão designada para o efeito iniciado os respetivos trabalhos em julho de 2017.

Participámos de forma ativa no Comité Preparatório da negociação de um Acordo de Implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sobre a Utilização Sustentável da Biodiversidade Marinha em Áreas para Além da Jurisdição Nacional, cujas conclusões conduziram à adoção de uma Resolução AGNU convocando uma Conferência Intergovernamental.

H) Migrações

Acompanhámos o início do processo de negociação do Compacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares, cuja adoção terá lugar em dezembro de 2018. Atendendo à importância deste momento para o futuro da Organização Internacional para as Migrações (OIM), trabalhámos na apresentação e preparação da fase inicial da candidatura do Dr. António Vitorino a Diretor-Geral da OIM, cujas eleições terão lugar em junho de 2018.

I) Assuntos Humanitários

Assegurámos o acompanhamento do Programa nacional de Reinstalação de refugiados em estreita coordenação com o ACNUR, em articulação com as entidades nacionais competentes e tendo em conta com as disposições legislativas vigentes. Também acompanhámos, no contexto da relação com a ACNUR, a implementação do Acordo UE-Turquia.

J) Terrorismo

Promovemos a participação de peritos nacionais em missões técnicas organizadas ao nível da UE, do CdE e da OSCE. Articulámos e acompanhámos as questões relacionadas com o financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais no âmbito do Grupo de Ação Financeira e Internacional (FATF/GAFI). Participámos na defesa do relatório de avaliação de Portugal por este organismo em Buenos Aires em junho de 2017.

K) AIEA

No quadro da AIEA, o Exercício TTX foi o ponto alto da Presidência portuguesa do Diálogo Informal entre Estados costeiros e Estados transportadores marítimos, à margem da Conferência Geral da Agência, e decorreu em Lisboa, em 28 de junho de

2017, em simultâneo, por vídeo- conferência com Madrid e Viena, neste caso, no centro do Centro de Incidentes e Emergências da AIEA, tendo sido o segundo a realizar-se, depois de 2015, e conseguindo alcançar um sucesso amplo em participação e resultados.

Nesta introdução foram mencionadas apenas algumas das muitas atividades desenvolvidas pela DGPE que serão detalhadamente abordadas neste relatório.

A DGPE procura anualmente cumprir e superar todos os objetivos a que se propõe tendo que enfrentar desafios diários, como as limitações orçamentais, a redução e rotatividade de recursos humanos, bem como adaptar-se a fatores externos que condicionam o cumprimento das atividades previstas.

Em termos globais a taxa de realização final da DGPE em 2017 foi de 110,67%, com uma avaliação final de 4,90, numa escala de 0 a 5, o que representa uma melhoria dos bons resultados que temos vindo a alcançar nos últimos anos.

Num total de 10 indicadores a DGPE superou 9 e cumpriu 1.

Este resultado é fruto do forte empenho e da capacidade de resposta de todos os trabalhadores desta Direção-Geral.

Face à apreciação global do trabalho desenvolvido propõe-se que seja atribuída à DGPE a menção de desempenho "Bom".

Lisboa, 15 de março de 2018

O Diretor-Geral

(Pedro Costa Pereira)

O SubDiretor-Geral

(Luís Cabaço)

A SubDiretora-Geral

(Maria Virgínia Pina)

O SubDiretor-Geral

(João Pedro Antunes)

2. Missão

A DGPE é, de acordo com o Decreto regulamentar n.º11/2012, de 19 de janeiro, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2018, de 25 de janeiro, um serviço central da administração direta do Estado, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Inclui na sua missão assegurar a coordenação e decisão dos assuntos de natureza político-diplomática e económica, incluindo a Política Externa de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia, bem como outras matérias no domínio da segurança e defesa, e questões bilaterais e multilaterais de natureza política, económica, científica e técnica, contribuindo, desse modo, para uma visão global e integrada das diferentes matérias relevantes para a definição e execução da política externa portuguesa.

3. Atribuições

A DGPE prossegue as seguintes atribuições:

- a) Assegurar genericamente as funções de coordenação político-diplomática, bem como a coordenação interministerial no tratamento de todas as questões de política externa, no âmbito das suas competências, por forma a garantir a necessária coerência e unidade da ação externa do Estado;
- b) Assegurar a coordenação interministerial de todas as visitas bilaterais ao nível político e económico no âmbito das suas competências;
- c) Estudar, emitir pareceres, decidir ou apresentar propostas de atuação sobre todos os assuntos atinentes às matérias da sua competência;
- d) Recolher informação, analisar e apresentar propostas de atuação sobre assuntos de particular relevância político-diplomática;
- e) Acompanhar e assegurar a participação em organismos internacionais, designadamente os que assumem carácter estratégico no âmbito da atividade externa do Estado;
- f) Assegurar a representação do MNE nas comissões interministeriais e outros organismos nacionais quando as atribuições destes abrangem questões de natureza política e económica, no âmbito das suas competências;
- g) Assegurar a presidência das comissões e delegações de carácter político e económico, que caiba ao MNE, no domínio das suas atribuições;

- h)* Garantir, a nível nacional, o desenvolvimento das ações necessárias à aplicação da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD);
- i)* Orientar e coordenar a participação nacional na Organização das Nações Unidas e instituições especializadas;
- j)* Orientar e coordenar a participação nacional na Organização do Tratado do Atlântico Norte, na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e no Conselho da Europa;
- l)* Orientar e coordenar a participação nacional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);
- m)* Assegurar o apoio necessário à Autoridade Nacional para a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas (ANCPAQ) e à Autoridade Nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaio Nucleares (ANTPEN);
- n)* Orientar e coordenar a participação nacional nas cimeiras ibero-americanas;
- o)* Coordenar a condução e a promoção das candidaturas nacionais às organizações internacionais, no âmbito das suas competências;
- p)* Recolher informações sobre a realidade política nas diferentes regiões e países não membros da União Europeia e assegurar a atualização de elementos sobre essa mesma realidade;
- q)* Contribuir para a diplomacia económica definida pelo Governo, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da economia e com os outros departamentos, serviços ou organismos sectoriais competentes;
- r)* Assegurar a cooperação entre os outros serviços, organismos e estruturas do MNE e a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E. (AICEP, E. P. E.);
- s)* Assegurar a coordenação com os outros departamentos, serviços ou entidades públicas de todos os assuntos de carácter económico, técnico ou científico cuja decisão vincule o Estado Português;
- t)* Preparar, coordenar e assegurar a transmissão das instruções que, na área das suas atribuições, devam ser enviadas às embaixadas, missões e representações permanentes, missões temporárias e postos consulares de Portugal;
- u)* Prestar apoio técnico em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objetivos do MNE, bem como acompanhar e avaliar a execução das políticas e programas do Ministério;

v) Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental, bem como assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental e de reporte;

x) Analisar, em colaboração com o Ministério da Defesa Nacional, os pedidos de entidades estrangeiras para a utilização do espaço aéreo, bases militares e aeroportos portugueses por aeronaves militares e ou de Estado e propor superiormente a respetiva autorização diplomática;

z) Analisar, em concertação com outros ministérios e entidades públicas e privadas, os pedidos para entrada e pesquisa em águas territoriais portuguesas por navios militares e oceanográficos e propor superiormente a respetiva autorização.

4. Competências

Para além da Missão e Atribuições da DGPE atrás identificadas, que em si apontam já, de forma detalhada, para as competências globais desta Direção-Geral, importa ainda descrever as competências do Diretor-Geral, vertidas igualmente na lei orgânica da DGPE.

Compete assim ao Diretor-Geral *a)* Dirigir e coordenar as atividades de natureza político-diplomática no âmbito do MNE; *b)* Assegurar a coordenação com os outros departamentos, serviços ou entidades públicas de todos os assuntos de carácter económico, técnico ou científico cuja decisão vincule o Estado Português; *c)* Propor as ações tendentes ao desenvolvimento e à execução das grandes linhas da política externa portuguesa, no âmbito das atribuições da DGPE; *d)* Convocar e presidir às reuniões do Conselho Coordenador Político – Diplomático nas ausências ou impedimentos do secretário-geral, ou em urgentes matérias político-diplomáticas; *e)* Convocar e presidir às reuniões da Comissão Interministerial de Política Externa e proceder à adequada difusão das iniciativas aí anunciadas e ou de outras decisões ou questões relevantes; *f)* Preparar, coordenar e assegurar a transmissão de instruções aos serviços internos e serviços periféricos externos.

Além disso, compete ainda ao DGPE, por delegação de S. Exa MNE¹, com faculdade de subdelegação:

¹ Despacho n.º 8006/2017, de 14 de setembro de 2017, publicado no DR, 2.ª série, n.º 178, de 14 de setembro de 2017. As competências descritas no ponto 1 e 2 deste documento foram subdelegadas pelo DGPE nos três Subdiretores Gerais de Política Externa, através do n.º 2 e do n.º 4 do Despacho n.º 8693/2017 de 03 de outubro de 2017.

1. a) Pronunciar-se, no seguimento de solicitação do Ministério da Defesa Nacional, sobre a oportunidade e conveniência dos atos de intermediação de bens e tecnologias militares do ponto de vista de política externa;

b) Pronunciar-se, no seguimento de solicitação do Ministério da Defesa Nacional, sobre a oportunidade e conveniência das seguintes operações do ponto de vista da política externa:

i) Estabelecer, por acordo com as entidades competentes de outros países, a aceitação de encomendas de bens e tecnologias militares para execução pela indústria nacional de armamento;

ii) Autorizar as empresas nacionais a aceitar as encomendas, referidas na alínea anterior, com destino a outros países e autorizar a exportação, reexportação e o trânsito de bens e tecnologias militares;

iii) Sancionar a exportação de bens e tecnologias militares alienados pelas Forças Armadas ou pelas forças de segurança;

c) Emitir parecer vinculativo, no seguimento de solicitação da Polícia de Segurança Pública, nos termos do disposto no artigo 60.º, n.º 7, da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 50/2013, de 24 de julho, sobre o cumprimento pelo país de destino dos critérios previstos na posição comum n.º 2008/944/PESC, do Conselho, de 8 de dezembro, que define regras comuns aplicáveis ao controlo das exportações de tecnologia e equipamento militares.

2. Nos termos do Decreto-Lei n.º 2/2017, de 6 de janeiro, e no âmbito do previsto nas alíneas x) e z) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2012, de 19 de janeiro, os poderes para autorizar os pedidos de entidades estrangeiras para entrada de navios de guerra estrangeiros em território nacional, operação de aeronaves de Estado estrangeiras em território nacional e a entrada, movimentação e permanência em território nacional de forças estrangeiras que se desloquem por via terrestre, bem como a entrada e pesquisa em águas territoriais portuguesas por navios oceanográficos.

5. Estrutura Orgânica

A DGPE é dirigida por um Diretor-Geral, coadjuvado por três Subdiretores-Gerais, estruturando-se, de acordo com a Portaria n.º31/2012, de 31 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 94/2014 de 11 de fevereiro, em oito Unidades Orgânicas Nucleares:

- Direção de Serviços dos Assuntos Políticos Europeus (DS APE);
- Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e Defesa (DS DSD);

- Direção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais (DS SPM);
- Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais (DS SEM);
- Direção de Serviços da África Subsariana (DS SAS);
- Direção de Serviços do Médio Oriente e do Magrebe (DS MOM);
- Direção de Serviços das Américas (DS DSA);
- Direção de Serviços da Ásia e da Oceânia (DS SAO).

As DS DSD, SPM, SEM e, nalgumas matérias, a APE desempenham funções sobretudo no âmbito multilateral, sendo as competências das DS SAS, MOM, DSA e SAO de natureza predominantemente geográfica/bilateral. A APE tem também uma componente bilateral.

Além disso, a DGPE é constituída por 17 unidades orgânicas flexíveis:

Direções de Serviço	Divisões
Assuntos Políticos Europeus	<ul style="list-style-type: none"> • Política Externa e de Segurança Comum • Assuntos Bilaterais
Assuntos de Segurança e Defesa	<ul style="list-style-type: none"> • Organização do Tratado do Atlântico Norte • Política Comum de Segurança e Defesa • Desarmamento e Não-Proliferação de Armas Ligeiras e de Destrução Maciça
Organizações Políticas Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Assuntos Relativos às Nações Unidas • Direitos Humanos • Organizações Políticas Regionais e das Questões Transnacionais
Organizações Económicas Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente, da Energia, do Desenvolvimento Sustentável e das Organizações Económicas, Técnicas e Científicas • Assuntos do Mar, dos Assuntos Multilaterais Económicos e Financeiros do Desenvolvimento, da Agricultura, da Saúde e do Trabalho
África Subsariana	<ul style="list-style-type: none"> • Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e da África Austral • Questões Pan-Africanas e da África Ocidental, Central e Oriental
Médio Oriente e do Magrebe	<ul style="list-style-type: none"> • Relações Bilaterais com os Países do Magrebe/Maxerreque e Diálogos do Mediterrâneo
Américas	<ul style="list-style-type: none"> • América do Norte • América Latina e Caraíbas
Ásia e Oceânia	<ul style="list-style-type: none"> • Relações Bilaterais com os Países da Ásia e das Organizações Multilaterais Asiáticas
	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Divisão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) não está integrada nas Unidades Orgânicas Nucleares.

As direções de serviço da DGPE disponibilizam o apoio necessário à Unidade de Sobrevoos e Escalas Navais (USEN), nas respetivas áreas de competência.

A este propósito importa recordar que à USEN compete: - analisar os pedidos de entidades estrangeiras para a utilização do espaço aéreo, bases militares e aeroportos portugueses por aeronaves de Estado; - analisar os pedidos para a entrada e utilização das áreas marítimas e portos portugueses por parte de navios estrangeiros militares, oceanográficos ou outros e propor superiormente a sua autorização; - obter as autorizações de sobrevoos/aterragem para as missões das aeronaves de Estado portuguesas, bem como solicitar autorização para a entrada em águas e portos estrangeiros de navios de Estado e navios de guerra portugueses.

Funcionam junto da DGPE:

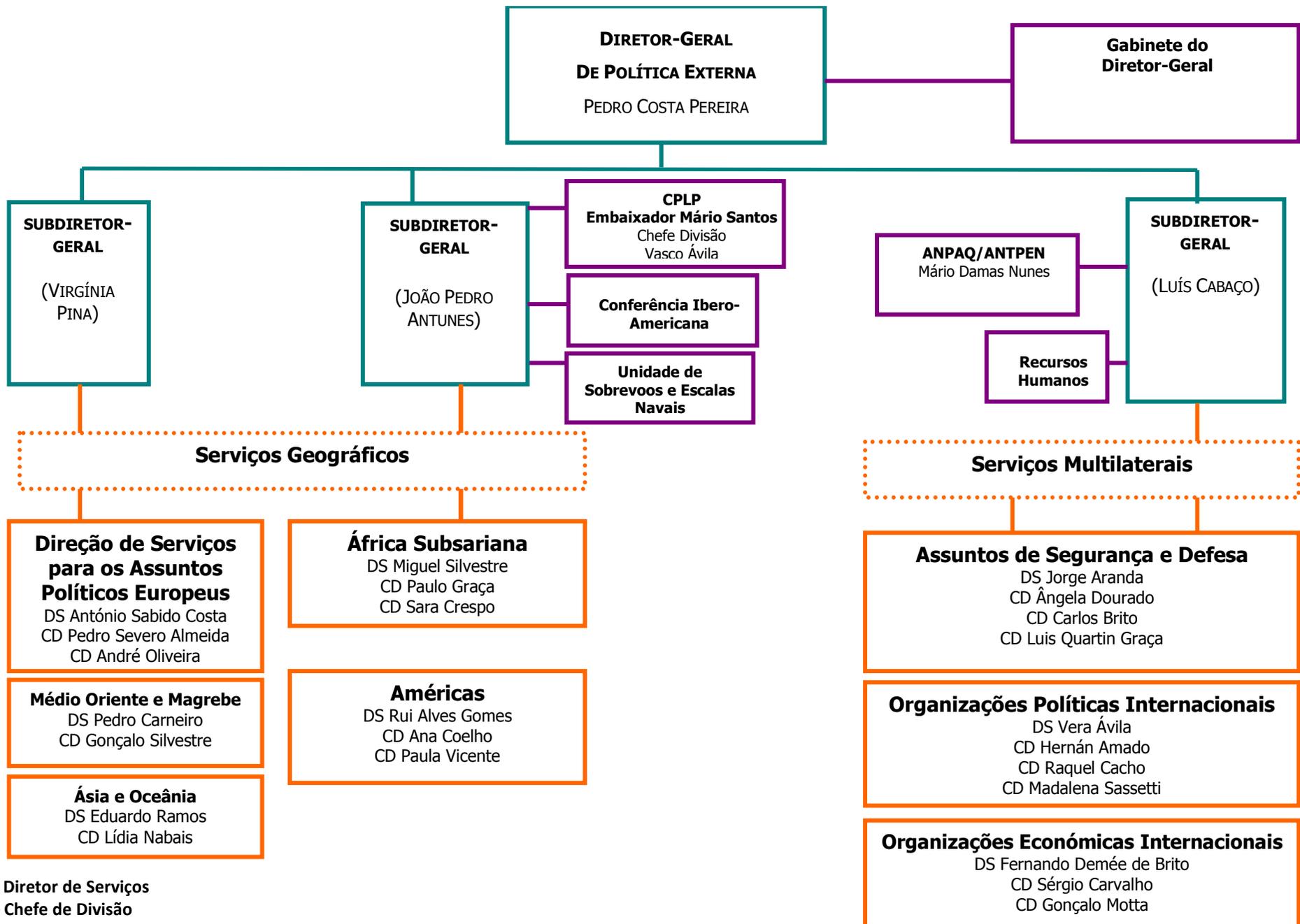
- a) A Comissão Interministerial de Política Externa², com funções de coordenação ao nível técnico, das intervenções dos restantes ministérios no âmbito das relações internacionais, visando a ação unitária e coerente do Estado Português na ordem internacional;
- b) A Autoridade Nacional para a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas³;
- c) A Autoridade Nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares⁴.

Para melhor ilustração, deixa-se na página seguinte a estrutura orgânica da DGPE em formato de organograma.

² A CIPE tem as seguintes competências: a) Contribuir para a coordenação estratégica da ação externa, promovendo a troca de informações entre os diferentes departamentos governamentais responsáveis pelo acompanhamento e tratamento das questões internacionais; b) Contribuir para a definição das posições negociais nacionais, assegurando a coordenação interministerial; c) Contribuir para a coordenação de agendas de visitas a Portugal e ao exterior, bem como o estabelecimento de orientações concertadas e a definição das posições portuguesas junto dos diferentes organismos internacionais; d) Contribuir para a avaliação das atividades desenvolvidas no plano externo, ao nível bilateral e multilateral, dos vários ministérios no âmbito das relações internacionais; e) Assegurar a articulação da negociação de instrumentos jurídicos que vinculem o Estado na ordem jurídica internacional, a fim de garantir a harmonia e compatibilização de todos os interesses nacionais nela envolvidos; f) Coordenar e ponderar as candidaturas nacionais a organismos internacionais. A CIPE integra os dirigentes máximos dos seguintes serviços: a) Direção-Geral de Política Externa; b) Serviço responsável pelo acompanhamento e tratamento das questões internacionais de cada um dos Ministérios setoriais, incluindo as áreas departamentais da Presidência do Conselho de Ministros; c) Agência para o Investimento e Comércio externo de Portugal, E.P.E. (AICEP, E.P.E.); d) Turismo de Portugal, I.P. O Presidente da CIPE é o Diretor-geral de Política Externa, que é substituído nas suas ausências e impedimentos por um dos subdiretores-gerais de Política externa por ele designado.

³ A Autoridade Nacional para a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas tem por missão a ligação direta com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) e com os outros Estados Partes para garantir o cumprimento das obrigações decorrentes da referida Convenção.

⁴ A Autoridade Nacional para efeitos do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares tem por missão a ligação direta com a organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e com os Estados Partes para garantir o cumprimento das obrigações decorrentes da ratificação do referido Tratado.



DS – Diretor de Serviços
CD – Chefe de Divisão

6. Caracterização socioprofissional da DGPE em 2017

O Decreto-lei n.º 190/96, de 9 de outubro, determina que se no termo de cada ano civil, os serviços da administração pública central tiverem no mínimo 50 funcionários ao serviço, devem efetuar anualmente o Balanço Social com referência a 31 de dezembro do ano anterior.

O decreto regulamentar n.º 11/2012 de 19 de janeiro, que estabelece a missão e atribuições da DGPE refere, no seu artigo 10.º, que o apoio em matéria administrativa e financeira cabe ao Departamento Geral de Administração da Secretaria- Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Por sua vez através da Portaria n.º 33/2012, de 31 de janeiro de 2012, o legislador define a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e dos serviços que a integram.

No seu artigo 5.º alínea **g)**, menciona-se que " *À Direção de Serviços de Recursos Humanos (DSRH), compete: Elaborar, em colaboração com os restantes serviços e organismos, o balanço social do Ministério;*"

Incluímos neste relatório alguns indicadores que nos fornecem um conjunto de informações que caracterizam a nível socioprofissional esta Direção-Geral em 2017.

Painel de Indicadores de Gestão

Rácios	Fórmula	Indicador
Taxa de feminização	Total dos efetivos do sexo feminino/Total de efetivos*100	53.70%
Taxa de masculinização	Total dos efetivos do sexo masculino/Total de efetivos*100	46.30%
Taxa de formação superior	Total de efetivos com Doutoramento+ Mestrado+ Licenciatura/ Total de efetivos*100	82.41%
Taxa de escolaridade 11-12 anos	Total de efetivos com escolaridade = 11-12 anos/Total de efetivos*100	12.04%
Taxa de escolaridade 9 anos	Total de efetivos com escolaridade = 9 anos/Total de efetivos*100	2.77%
Taxa de escolaridade ≤ 6 anos	Total de efetivos com escolaridade ≤ 6 anos/Total de efetivos*100	2.77%

Trabalhadores por grupo/cargo/carreira

Grupo/Cargo/Carreira	N.º	%
Dirigente Superior (4 c. Diplomática; 0 regime geral)	4	3,70
Dirigente Intermédio (24 c. Diplomática; 1 regime geral)	25	23,15
Diplomatas	26	24,07
Técnicos Superiores	34	31,49
Assistentes Técnicos	15	13,89
Assistentes Operacionais	4	3,70
Total	108	100

A 31 de dezembro de 2017 existiam 29 cargos dirigentes, 4 de direção superior, 1 de 1º grau e 3 de 2º grau, 25 de direção intermédia, sendo que 8 são de direção intermédia de 1º grau e 17 de direção intermédia de 2º grau.

Em relação à distribuição dos efetivos por carreira, os técnicos superiores são o grupo mais representativo com 31,49%, seguido dos diplomatas com 24,07% e dos assistentes técnicos com 13,89%.

A carreira menos representada é a dos assistentes operacionais contando apenas com 4 funcionários, 3,70%.

Por estrutura jurídica

Do universo dos/as 108 trabalhadores/as, 29 exerciam funções em Comissão de Serviço no âmbito da LVCR, 52 em regime de contrato de trabalho em funções públicas, 18 diplomatas em regime de nomeação definitiva e 9 diplomatas em regime de nomeação transitória por tempo determinado.

Distribuição dos efetivos por género

Recursos Humanos	Dirigentes (superiores e intermédios 1º e 2º grau)	Diplomatas	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Homens	20	24	5	0	1	50
Mulheres	9	2	29	15	3	58
Total	29	26	34	15	4	108

Do total de efetivos, 58 são do sexo feminino e 50 do sexo masculino.

Com exceção dos cargos dirigentes e da carreira diplomática, há uma predominância em todas as carreiras do sexo feminino.

Efetivos por escalão etário

Escalão etário	Total	%
25-29	5	4,62
30-34	3	2,78
35-39	14	12,96
40-44	15	13,89
45-49	23	21,30
50-54	13	12,04
55-59	15	13,89
60-64	13	12,04
65-69	7	6,48
Total	108	100

O escalão etário onde se regista maior número de funcionários (as) é o compreendido entre os 45-49 anos, com 21,30%, seguido em simultâneo pelos escalões entre os 40-44 e os 55-59 com 13,89% cada e pelo escalão entre os 35-39 com 12,96%. Os escalões menos representados são em simultâneo entre os 50-54 anos e os 60-64 anos, com 12,04% cada, os 65-69 anos com 6,48%, os 25-29 anos com 4,62% e os 30-34 anos com 2,78%.

Efetivos de acordo com as habilitações literárias

Habilitações Literárias	N.º	%
4 anos escolaridade	2	1,85
6.º ano	1	0,93
9.º ano	3	2,78
11º ano	4	3,70
12.º ano	9	8,33
Licenciatura	66	61,11
Mestrado	20	18,52
Doutoramento	3	2,78
Total	108	100

A licenciatura é o grau académico mais representado na DGPE, com 66 dos efetivos 61,11%.

A percentagem de efetivos com habilitação superior- doutoramento, mestrado e licenciatura é de 82,41%.

A habilitação a seguir mais representada é a respeitante ao mestrado, que é detida por 18,52% do total dos funcionários.

Segurança e Saúde

1. Acidentes em serviço

Durante o ano de 2017 foram registados três acidentes em serviço.

2. Ações de medicina no trabalho

Não se realizou em 2017 qualquer ação de formação ou sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho.

3. Disciplina

Não temos conhecimento se foi instaurado, nem se está a decorrer, qualquer processo disciplinar na DGPE.

4. Portadores de Deficiência

Existem na DGPE dois funcionários portadores de deficiência.

QUAR 2017

Ministério dos Negócios Estrangeiros

DIREÇÃO-GERAL DE POLÍTICA EXTERNA

MISSÃO

Assegurar a coordenação da ação externa do Estado nos assuntos de natureza político-diplomática e económica, incluindo os respeitantes à Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia, bem como noutras matérias no domínio da segurança e defesa, e em questões bilaterais e multilaterais de natureza política, económica, científica e técnica contribuindo, desse modo, para uma visão global das diferentes matérias relevantes para a definição e execução da política externa portuguesa.

Objetivos Estratégicos

OE 1: Reforçar as relações bilaterais no plano político e económico e contribuir para a promoção do multilateralismo efetivo

OE 2: Assegurar os mecanismos de coordenação, de recolha de informação, e de reflexão, com vista a reforçar a sua qualidade no processo decisório político diplomático e económico.

OE 3: Garantir o desenvolvimento das ações necessárias à aplicação da PESC e da PCSD;

Objetivos Operacionais

EFICÁCIA

45,0%

O1. Preparar de forma adequada e atempada, as cimeiras, reuniões ministeriais e consultas políticas (OE1)

Ponderação

50,0%

Indicadores	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 1. Taxa de execução das reuniões de preparação e/ou coordenação interministerial e interdepartamental previstas	95%	91,8%	96,3%	80%	5%	95%	50%	95,6%	112,5%	Superou	12,5%

Ind 2. Nº de Contributos	2986	3026	3486	3037	222	3026	50%	3547	108,8%	Superou	8,8%	
O2. Assegurar, em colaboração com os restantes serviços do MNE e outros ministérios, a coordenação, definição e transmissão de instruções ou outros elementos a enviar às missões diplomáticas, no âmbito de competências da DGPE (OE1).											Ponderação:	25,0%
Indicadores	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio	
Ind 3. Taxa de execução das comunicações previstas	98,2%	84,5%	93,5%	80%	5%	98,2%	100%	94,2%	110,8%	Superou	10,8%	
O3. Assegurar a participação de Portugal no processo de construção europeia na sua área de competência (OE3)											Ponderação:	25,0%
Indicadores	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio	
Ind 4. Nº de Coreus	97	95	92	68	13	97	100%	91	112,3%	Superou	12,3%	
EFICIÊNCIA												30,0%
O4. Assegurar o cumprimento do prazo de resposta às solicitações (OE2)											Ponderação:	50,0%
Indicadores	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio	
Ind 5. Percentagem de solicitações (pastas) respondidas dentro do prazo	100%	100%	100%	85%	5%	100%	100%	100%	111,1%	Superou	11,1%	
O5. Garantir a coordenação da vertente PESC (OE3)											Ponderação:	50,0%
Indicadores	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio	
Ind 6. Percentagem de instruções (COPS) enviadas dentro do prazo	100%	100%	100%	85%	5%	100%	100%	100%	111,1%	Superou	11,1%	
												25,0%

QUALIDADE**O6. Melhorar a clareza e a síntese dos textos sobre matérias de foro político-diplomático (OE2)** Ponderação: 30,0%

Indicadores	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 7. Grau de adequação dos textos	4,86	4,78	4,35	4,0	0,5	4,86	100%	4,73	105,1%	Superou	5,1%

O7. Garantir a satisfação dos utilizadores (OE1, 2 e 3) Ponderação: 30,0%

Indicadores	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 8. Nível de Satisfação dos Utilizadores	4,23	4,48	4,29	3,5	0,5	4,48	100%	4,66	116,5%	Superou	16,5%

O8. Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores (OE2) Ponderação: 40,0%

Indicadores	2014	2015	2016	Meta 2017	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 9. Taxa de execução do plano de formação aprovado	100%	88,92 %	92,30 %	80%	5%	100%	50,0%	97,36%	114,5%	Superou	14,5%
Ind 10. Nível de Satisfação dos Colaboradores	3,76	3,86	3,91	3,5	0,5	3,86	50,0%	3,97	100%	Cumpriu	0%

Os objetivos mais relevantes são: O1, O2 e O3

Recursos Humanos - 2017	Pontuação	Pontos Planeados	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	20	80	80	0
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	400	400	0
Diplomata	12	456	324	-132
Técnico Superior	12	384	396	12
Assistente Técnico	8	152	120	-32
Assistente Operacional	5	20	20	0
Total		1492	1336	-152

Nº de Efetivos no Serviço	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2016	31-12-2017
Nº de efetivos a exercer funções no Serviço	110	108	112	108

Recursos Financeiros (euros) - 2017	Orçamento	Realizado	Desvio
Orçamento Funcionamento			- €
Aquisição de bens e serviços			- €
Despesas com o Pessoal			- €
Transf. no âmbito das AP			- €
Financiamento Comunitário			- €

Total		-	-	-
		€	€	€
Indicadores		Fonte de Verificação		
Ind 1. Taxa de execução das reuniões de preparação e/ou coordenação interministerial e interdepartamental previstas		Agendas, calendários, atas, apontamentos, relatos ou cifra		
Ind 2. N.º Contributos		Smartdocs, rede, arquivo do serviço		
Ind 3. Taxa de execução das comunicações previstas (telegramas)		Cifra, emails		
Ind 4. N.º de Coreus		Cifra, emails		
Ind 5. Percentagem de solicitações (pastas) respondidas dentro do prazo		Notas, e-mails ou apontamentos		
Ind 6. Percentagem de instruções (COPS) enviadas dentro do prazo		Cifra		
Ind 7. Grau de adequação dos textos		Relatório com o tratamento dos dados do inquérito para a classificação da adequação dos textos		
Ind 8. Nível de Satisfação dos Utilizadores		Relatório com o tratamento dos dados do inquérito para a avaliação da satisfação dos utilizadores		
Ind 9. Taxa de execução do plano de formação aprovado		Plano de Formação		
Ind 10. Nível de Satisfação dos Colaboradores		Relatório com o tratamento dos dados do inquérito para a avaliação da satisfação dos colaboradores		